PRONUNCIAMENTOS DA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA NO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2024, NO PLENÁRIO COSME DE FARIAS.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2024 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Na presença de Deus e havendo número legal, declaro aberta a 62ª Sessão Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa, da 19ª Legislatura, realizada hoje, em 3 de dezembro de 2024.

Votação da Ata. Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovada.

Leitura do Expediente, 1º secretário, vereador Isnard Araújo.

SR. VEREADOR ISNARD ARAÚJO (PL): Boa tarde, Sr. presidente, Mesa, vereadores e vereadoras. Não há Expediente sobre a Mesa nesta tarde.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Obrigado, vereador.

Líder do governo, quem falará pelo governo?

SR. VEREADOR KIKI BISPO (UNIÃO): Sr. presidente, Sras. e Srs. vereadores, pelo governo irá falar o vereador Anderson Ninho e o vereador Claudio Tinoco.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Líder da oposição, quem falará pela oposição? Randerson? Bloco e bancada independente, tem alguém para falar pelo bloco e bancada independente? Vereador Sidninho.

Por cinco minutos, vereador Anderson Ninho. Líder, por favor.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR ANDERSON NINHO (PDT)** NA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2024 – **PINGA-FOGO**.

Sr. presidente, Srs. vereadores vocês que nos acompanham através das redes sociais, hoje, 3 de dezembro, comemoramos o Dia da Pessoa com Deficiência Física.

Lembro-me que no ano de 1993, então com 13 anos de idade, sofri um grave acidente, em que fiquei deficiente físico. Hoje, tenho uma deficiência, que é o encurtamento no membro inferior. Sempre digo que tudo tem um porquê e nada é por acaso.

Hoje, estando vereador de Salvador, tenho a honra de ser o autor da Carteirinha do Deficiente Físico, em Salvador, na qual

hoje o deficiente físico de Salvador, vereador Claudio Tinoco, pode ter a sua identificação.

Olhe, você: eu com 13 anos fui atropelado, fiquei deficiente físico. E, hoje, estando vereador, você vê que, às vezes, as pessoas reclamam de algo que aconteceu, mas no meu caso era algo que já estava escrito, hoje eu podendo aqui estar vereador de Salvador.

E quero dizer que vou estar aqui nesta Tribuna, cobrando, porque já foi aprovado, já é uma lei e falta apenas a confecção dessas carteirinhas.

Portanto, venho cobrar celeridade para que o deficiente físico de Salvador possa ter a sua identificação, a sua carteirinha. Lembrando: autoria do vereador Anderson Ninho.

Então, Kiki, é uma luta nossa. Hoje parabenizar todas as pessoas com deficiência física.

E eu tenho visto o quanto o nosso prefeito Bruno Reis e a nossa vice-prefeita Ana Paula Matos vêm trabalhando em prol das pessoas com deficiência física. Vamos estar aqui, enquanto vereadores da base e também vereadores de oposição, também todos em prol.

Eu agradeço pela aprovação desse importante projeto, Palhinha, que é a Carteirinha do Deficiente Físico. Eu agradeço a todos. E, mais uma vez, coloco-me à disposição, vereador eleito

Rodrigo, que vai estar conosco aqui, também, nessa luta pelos deficientes físicos de Salvador.

Deus abençoe a todos. Quero aqui registrar, também, a presença, com muita alegria, do vereador de Simões Filho, que nos honra hoje aqui, Genivaldo Lima. Então, Genivaldo, sinta-se abraçado por esta Casa, você que vem fazendo um brilhante trabalho em Simões Filho; você que foi secretário e é um cara, lá em Simões Filho, que eu aprendo muito. Eu digo, sempre, que Genivaldo Lima é um professor que eu tenho de política. Então, manda um forte abraço para o nosso líder, o nosso prefeito, Diogenes Tolentino e também para o prefeito eleito, meu amigo Del.

Deus abençoe a todos vocês. Estamos juntos! Vamos para cima!

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2024 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Obrigado, vereador Anderson Ninho.

Vereador Randerson Leal por cinco minutos.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR RANDERSON VIEIRA LEAL (PODEMOS)** NA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2024 – **PINGA-FOGO**.

Boa tarde, Sr. presidente. Boa tarde, colegas vereadores e vereadoras. Boa tarde, imprensa. Boa tarde, meus amigos e minhas amigas, que nos veem e nos escutam através da TV e Rádio Câmara, povo de Salvador.

Sr. presidente, subo a esta Tribuna, primeiramente, para agradecer a Deus por mais uma oportunidade de estarmos aqui, em uma sessão ordinária, trabalhando pelo povo, fazendo o que o povo tanto espera da gente, que é trabalhar, que é trazer para cá as demandas que a população sofre por toda Salvador. Solidarizar-me também com as pessoas, principalmente com as duas pessoas que faleceram, com os seus familiares, na última tragédia lá em Saramandaia, em Pernambués. Quero dizer que estamos consternados e vamos trabalhar mais ainda para que não aconteça esse tipo de tragédia aqui em nossa cidade.

Sr. presidente, registro também aqui a presença do ilustre colega vereador de Simões Filho, Genivaldo Lima. Quero dizer que é um prazer também, vereador, estar aqui ao seu lado, dizer que é uma honra recebê-lo. Você, que é amigo de uma grande líder nossa aqui, de Massaranduba, a minha amiga pastora Elaine. Ela

fala muito bem de V.Exa. e você nos brinda hoje com a sua visita aqui, nesta Casa, a Casa do Povo. Seja bem-vindo, que Deus lhe abençoe. Estamos daqui a pouquinho aí, para conversarmos pessoalmente. Estamos juntos!

Sr. presidente, queria aqui registrar também a minha alegria do feito. Eu que trabalho pelo esporte, eu que protocolei o pedido de indicação, o projeto de indicação para recriar a Secretaria de Esporte e Lazer. Espero que essa secretaria seja de fato, de forma concreta, a partir de janeiro, recriada, para que a gente possa incentivar e valorizar, meu amigo vereador Ricardo Almeida, o esporte por nossa cidade. Eu que recebi na semana passada, em meu gabinete, o tetracampeão de parajiu-jitsu, o meu amigo Igor Nogueira, atleta autista que conquistou o tetracampeonato, em Abu Dhabi.

Então, isso é muito importante, para a gente valorizar, para a gente incentivar. O esporte educa, disciplina, o esporte ele dá a perspectiva de um futuro melhor para nossa juventude.

Então, eu, como vereador atuante na área do esporte, quero aqui parabenizar, agradecer e dizer que eu estou muito feliz pela recondução agora de dois clubes do Nordeste, o Ceará, que conseguiu voltar para a Série A do Campeonato Brasileiro e o Sport de Recife também. Assim como vai ficar na Série A do campeonato, para 2025, o Esporte Clube Vitória, o Esporte Clube Bahia e o Fortaleza. Então, isso para nós, nordestinos, é muito

importante, a valorização do esporte de nossa região. São cinco clubes, 25% dos clubes da série A de 2025 pertencem ao Nordeste.

Então, fico muito feliz, como desportista, como amante do futebol. Quero dizer que é um orgulho ser baiano, ser nordestino e tenho certeza que nós vamos avançar cada vez mais. Espero também, como diretor da Juazeirense aqui, na Bahia, que a gente possa participar em 2025 da Série D do Campeonato Brasileiro e retornar — quem sabe? — à Série C do Campeonato Brasileiro. Então, fico muito feliz em registrar esse momento de alegria.

Presidente, quero aproveitar mais dois minutinhos para agradecer. Agradecer aqui aos meus amigos, companheiros da Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo amigo e companheiro aqui da Casa, Paulo Magalhães Júnior, — estou aqui ao lado do meu amigo Alexandre Aleluia — por terem aprovado o projeto de indicação do vereador Randerson Leal sobre a colocação de detector de metal nas escolas municipais de Salvador. Acho muito importante esse tema, um tema que vai levar a uma perspectiva, que vai dar uma sensação de segurança maior para os alunos, para os colaboradores das escolas municipais, para a população e, principalmente, para os pais, que levam os seus filhos todos os dias para estudar, para se qualificarem. E tenho certeza de que um detector de metal na

portaria dos colégios vai ter a sensação de segurança muito maior para nossa juventude, para nossa comunidade.

Então fico muito feliz. Queria aqui agradecer a aprovação na CCJ e pedir aos colegas vereadores que aqui, no Plenário, a gente possa aprovar. E aí — quem sabe? — o prefeito Bruno Reis possa colocar também em prática esse projeto. Já lhe agradei aqui, meu amigo Paulo Magalhães, quero dizer que é uma honra muito grande ter esse projeto aprovado e que a gente possa realmente colocar em prática agora esse projeto de detector de metal nas escolas municipais.

Então, registrar aqui essa alegria minha de trabalhar pelo povo, de estar fazendo o que o povo espera, trabalhando, fazendo projetos importantes. O vereador Randerson Leal, em menos de um ano de mandato, já tem mais de 100 projetos apresentados aqui na Câmara Municipal, um dos vereadores mais atuantes aqui de Salvador.

Então, parabenizar todos os vereadores da Comissão de Constituição e Justiça mais uma vez. Tenho certeza de que aqui no Plenário vai ser por unanimidade a aprovação do projeto de detector de metal nas escolas municipais, projeto de indicação do vereador Randerson Leal.

Muito obrigado, Sr. presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2024 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Obrigado, vereador Randerson Leal.

Vereador Claudio Tinoco por cinco minutos. Quer substituir o vereador? Vereador Téo Senna... Ah! Tinoco ali. Vereador Claudio Tinoco, por cinco minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO)** NA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2024 – **PINGA-FOGO.**

Sr. presidente, Sras. vereadoras, Srs. vereadores, aproveito esta sessão, primeiro, para cumprimentar a galeria e cumprimentar também a todos que assistem pela TV Câmara a esta que é a 62ª sessão deste ano legislativo.

Eu quero aqui ressaltar a importância das matérias que estão sendo aprovadas na Câmara Municipal, entre elas matérias que permitem ao município de Salvador se enquadrar em diversas frentes, sobretudo na área das concessões e parceria público-privada. É verdade que assisti aqui, sobretudo a repercussão pela

imprensa, a declarações de membros da oposição chamando atenção para possível privatização dos cemitérios de Salvador.

Ora, esta Casa Legislativa já aprovou legislação que permite, sim, a quem quer que seja, prefeito ou prefeita desta cidade, a avançar com o processo de concessão ou parceria público-privada, no sentido de fazer com que haja investimento e uma melhor gestão dos cemitérios desta cidade. É verdade que a gente precisa ressaltar que a gestão de ACM Neto e a gestão de Bruno Reis deram outro patamar para esses equipamentos que são fundamentais, sobretudo para as famílias que têm seus entes queridos levados a óbito e que precisam sepultar esses entes queridos.

Se no passado de Salvador era difícil encontrar vaga num cemitério, se no passado de Salvador era lamentável ver, eu diria, ossadas expostas, cemitérios que estavam literalmente abandonados, ACM Neto e Bruno Reis resolveram isso com investimento direto por parte da Prefeitura, dando dignidade em cemitérios como o de Paripe, como o de Plataforma, como o cemitério de Brotas, que hoje tem condições não só de infraestrutura muito melhores, mas serviços também bem prestados à população.

É claro que a possibilidade de concessões e parceria público-privada não é novidade nem para a oposição. Basta lembrar que o primeiro contrato de parceria público-privada neste

país foi feito pela Bahia e concluído no início da gestão de Jaques Wagner, governador do PT, que foi a parceria público-privada para implantação de um novo emissário submarino aqui em Salvador, atendendo não só Salvador como Região Metropolitana.

Você não vê, depois de 18 anos do PT no governo, ninguém se queixar da parceria público-privada firmada, entre outras coisas, com a Odebrecht, que faz parte daquele consórcio operador do saneamento, parte do saneamento de Salvador. Por que a oposição e o PCdoB se queixam de parceria público-privada quando é administrado por outros partidos e não pelos partidos que ele apoia? O PCdoB faz parte da federação com o PT. O PCdoB tem que entender que o Hospital do Subúrbio é fruto de uma parceria público-privada, operado, um hospital público, através da iniciativa privada. Será que o PCdoB é contra a PPP do Hospital do Subúrbio? Ou seja, por que que alguns partidos de esquerda têm esta posição? Eu diria que é parcial: quando é para si, funciona; quando é para os outros, não funciona.

Gostaria de convidar um membro do PCdoB para conhecer o Guia de Concessões que foi lançado pelo prefeito Bruno Reis, no início da semana passada. Um guia que é uma das maiores iniciativas na área de concessões e PPP, dando transparência não só à sociedade, a possíveis investidores e a tantas outras pessoas, inclusive à Câmara Municipal de Salvador.

Nós precisamos tratar isso com responsabilidade. Quando esta Câmara Municipal aprovou a concessão e a transferência da companhia de trens de Salvador para o governo do estado da Bahia, permitindo o avanço na parceria público-privada para implantação e operação do metrô, ninguém se queixou. Ninguém trouxe aqui, por exemplo, elementos que viessem a contestar valor de tarifa, ninguém trouxe aqui argumentos para contestar a qualidade dos serviços. Quando, por exemplo, os trens do metrô paralisam por falta de energia, não vejo aqui estes mesmos membros da oposição virem aqui tratar sobre parceria público-privada e concessões.

Então, Sr. presidente, Srs. vereadores, solicito e sugiro aqui que a gente possa ampliar este debate, inclusive com audiências públicas, com maior debate sobre as matérias que porventura possam vir a ser colocadas em concessões e parceria público-privada.

Obrigado, presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2024 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Obrigado, vereador.

Vereador Augusto Vasconcelos, por cinco minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR AUGUSTO VASCONCELOS (PCdoB)** NA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2024 – **PINGA-FOGO.**

Sr. presidente, inicialmente quero lhe agradecer por ter incluído na Ordem do Dia — e agradecer também a todos e todas parlamentares desta Casa — o Projeto de Lei nº 21/2014, que atende a uma demanda importante da Fundação Galdino Santana, que há dez anos luta nesta Casa para poder corrigir um equívoco formal no texto do projeto de lei que, na prática, inviabilizaria o funcionamento da instituição que presta serviços relevantes à sociedade.

Por isso, hoje, faço aqui a ressalva da importância de votarmos este projeto, com a emenda que foi apresentada no texto, porque o texto original, encaminhado pelo então prefeito ACM Neto, ainda incorre na manutenção deste erro material, que é a troca da avenida por rua. Então, isso acaba impactando diretamente neste tema específico do objeto deste PL. Então, agradeço a V.Exa. por ter incluído na Ordem do Dia e acolhido essa demanda da sociedade. Parabenizar aqui Maria Schüller e

toda comissão da Fundação Galdino Santana, que está aqui presente.

Sr. presidente, o Bradesco lucrou em nove meses deste ano, mais de R$ 14 bilhões, uma empresa que, inclusive, aumentou em mais de 5% a sua lucratividade em comparação ao ano anterior. Nós estamos enfrentando, no entanto, uma onda de fechamento de agências, desligamento de funcionários e uma verdadeira epidemia de adoecimento ocupacional, resultado de metas abusivas, pressão incessante pela venda de produtos e uma ameaça constante, que paira no ar, em que pais e mães de família podem ser desligados, ainda que cumprindo os resultados econômicos do banco.

Por isso, hoje tivemos uma importante reunião com a direção da empresa, com representações dos diversos sindicatos dos bancários dos estados da Bahia e Sergipe, a nossa federação. Na reunião tratamos, além deste tema do emprego, a questão da saúde, do ambiente de trabalho, mas também do plano de saúde. O Bradesco tem uma *holding*, dentre elas incluindo um dos maiores planos de saúde do país. E, pasmem, em outros segmentos o Bradesco oferta a manutenção deste plano para quem se aposenta, e para seus próprios funcionários ele vira as costas, tratando os bancários e as bancárias desta empresa como peças descartáveis para turbinar lucros. Tratando-nos apenas como mão de obra barata sem levar em consideração os anseios

verdadeiros de quem constrói essa lucratividade absurda obtida por um dos maiores bancos deste país.

Vale ressaltar que o Bradesco desligou mais de 2 mil trabalhadores no Brasil nos últimos 12 meses. Em contrapartida, aumentou em mais de 700 mil clientes neste mesmo período. Então nós estamos com trabalhadores com a sobrecarga maior e menos gente para dar conta da demanda. Agências estão sendo fechadas no interior, deixando a população sem qualquer alternativa de serviços financeiros, prejudicando a economia local.

E esses temas nós vamos aprofundar em uma reunião importante que acontece, na segunda, no Sindicato dos Bancários, às 18h, e convidamos todos e todas, colegas do banco, para participar conosco; uma reunião para tratar de saúde e das questões específicas da nossa convenção coletiva de trabalho.

Também chamo atenção que neste fim de semana acontece o 16º Congresso da Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe, que elege sua próxima direção. Quero parabenizar o atual presidente Hermelino Neto e atual diretoria que vai findando o seu mandato de maneira exemplar, dando continuidade a uma trajetória de lutas importantes que coloca a Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe entre as mais importantes entidades sindicais do país. Com coragem, determinação e organização, possibilitando avanços em conquistas e em direitos

através de acordos coletivos históricos, como é o caso da manutenção da gratificação semestral, onde a Bahia e Sergipe são uns dos poucos estados que ainda mantiveram essa conquista importante da classe trabalhadora.

Queria também chamar a atenção que amanhã entra na pauta da Comissão de Constituição e Justiça do Senado a possibilidade de votar a privatização das praias, a famigerada PEC das Praias. O filho do Bolsonaro botou novamente na Ordem do Dia da CCJ de amanhã. Vamos abrir os olhos. Já travamos essa polêmica dentro desta Casa. A PEC das Praias tem uma série de questões que podem gerar efeitos danosos para a ocupação do litoral brasileiro, em detrimento dos interesses da maioria do nosso povo, e nós precisamos tratar desse tema. Por isso eu chamo atenção.

E, por fim, quero fazer o registro do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, o dia 3 de dezembro, o dia celebrado pela Organização das Nações Unidas desde 1992 como uma data importante para que nós possamos enfrentar o capacitismo, lutar por inclusão e igualdade de oportunidades. Eu, que sou um pai atípico, e todas as famílias atípicas sabem o quanto é importante essas datas.

E aqui nós aprovamos na Câmara uma lei de nossa autoria que cria o Dia Municipal dos Atletas e das Atletas do Paradesporto, como momento marcante para poder enfrentar a

exclusão dessa parcela importante da sociedade que tem vida produtiva e que tem o direito de ser feliz. E nós Poder Legislativo, Executivo, Judiciário, com a sociedade, precisamos nos atentar para esses temas.

E para finalizar, Sr. presidente, peço vênia, para registrar aqui o vereador que me antecedeu. Sugiro que ele leia novamente as reportagens para entender que há uma diferença brutal entre concessão de transporte público e privatização de cemitério. Em São Paulo não deu certo. O sepultamento saiu de R$ 200 para R$ 3,2 mil. Nós estamos falando de dignidade da pessoa humana.

A quem interessa no momento da dor de uma família, utilizar esse instrumento para lucrar? Porque quando a empresa adquirir o serviço, ela vai querer tirar lucro. E de onde ela vai tirar o lucro? Óbvio, do atendimento social. Nós precisamos ficar atentos porque nós não somos daqueles e daquelas que defendem privatização de tudo. Muito pelo contrário. Defendemos, sim, parcerias com o setor privado, mas com contratos entre os estados e com a observância de que serviços essenciais têm que manter o seu caráter público. Sepultamento e cremação têm que ser tratado com caráter público e respeito à dor das famílias. Não podemos transformar o cadáver como objeto de lucro.

Por isso que a gente se posicionou aqui, na votação do programa de concessões, contrários a essa matéria, porque

dentre outras coisas previa a privatização dos cemitérios de Salvador.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2024 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Obrigado, vereador. Vereador Alexandre Aleluia, por cinco minutos. Você vai falar pelos independentes, irmão? Aleluia, espera um minuto só. Quem vai falar pelos independentes é Téo Senna.

SR. VEREADOR TÉO SENNA (PSDB): Você não está enxergando direito. Eu perguntei se era governo.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Eu estou chamando Alexandre Aleluia, você está lá...

SR. VEREADOR TÉO SENNA (PSDB): Eu perguntei se era isso, se era governo, para explicar o que é. Por que essa presepada?

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Mas não é isso, irmão. A maneira que você falou, irmão.

SR. VEREADOR TÉO SENNA (PSDB): Por que na frente de todos?

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Amigo, foi a maneira que você falou ali.

Líder do governo e da oposição, vamos inverter a pauta? Podemos inverter a pauta para votar?

SR. VEREADOR ALEXANDRE ALELUIA (PL): Mas, presidente, eu estou...

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): V.Exa. vai falar. Podemos inverter a pauta?

SR. VEREADOR TÉO SENNA (PSDB): Não querem inverter, não. Não precisa, não.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Podemos inverter? Pelo líder do governo, inverter?

(*O vereador Kiki Bispo sinaliza estar de acordo.*)

Pelo líder da oposição, inverter?

(*O vereador Sílvio Humberto sinaliza estar de acordo.*)

V.Exa. irá falar, irmão.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR ALEXANDRE ALELUIA (PL)** NA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2024 – **PINGA-FOGO.**

Sr. presidente, nobres colegas. Primeiro, registrar ontem, um registro da nossa sessão solene que fizemos em homenagem

ao professor Edvaldo Brito, realmente emocionante, muitas personalidades. Destaco aqui a presença do prefeito Bruno Reis e da vice-prefeita Ana Paula. O nosso professor ficou genuinamente emocionado.

Eu digo: mais que merecido, foi para mim uma honra falar do histórico dele e da importância que ele teve, tem e terá para o nosso Parlamento. Ele não se encontra aqui, mas, parabéns, mais uma vez, professor Edvaldo Brito.

Gostaria aqui de registrar, presidente, que hoje aprovamos na CCJ o meu projeto, projeto de minha autoria, que restringe a contratação de grupos ditos musicais que façam explicitamente apologia a drogas, a crimes e até a pornografia. Isso tem acontecido na nossa cidade.

Na minha visão e na visão dos baianos, não faz parte do contexto da arte do nosso estado e, por esse motivo, não vejo por que a Prefeitura financiar ou patrocinar de qualquer maneira. Meu projeto é para que haja uma restrição na contratação desses artistas.

Eu estou aqui na Tribuna, então tenho total liberdade até para citar nomes, inclusive eu falei nas minhas redes sociais. Por exemplo, um artista chamado Oh Polêmico, que é uma verdadeira aberração o que ele faz. As letras fazem expressamente alusão à pornografia.

O povo está cansado disso. Eu já ouvi relatos de mães, presidente, que, inclusive, colocam fone de ouvido nos filhos ou colocam o filho para brincar no Tiktok ou no Youtube para tentar se concentrar em outra coisa, porque a letra da música é realmente agressiva, pornografia explícita.

Essa lei, inclusive, aumenta e muito as sanções caso haja a presença de crianças. Então, parabéns à CCJ. Temos a lei agora aprovada e será encaminhada para a avaliação no Plenário.

Mais um registro, presidente. Eu dei entrada no projeto de lei, na minha visão, importantíssimo para a nossa cidade, importantíssimo para os motoristas por aplicativo e motociclistas por aplicativo. Essa lei dá um resguardo de direito à ampla defesa e contraditório aos operadores dos aplicativos, os motoristas.

Tem acontecido, tem sido constante, em todo país a exclusão sumária de motoristas por aplicativo por uma mera, pelo mero denuncismo militante de algum militante que queira se vangloriar politicamente em torno de alguma agenda. E nesse projeto a gente impõe, a gente procura impor uma multa, realmente alta, caso haja essa exclusão sumária sem direito à ampla defesa.

Hoje tem sido uma demanda dos motoristas por aplicativo esse direito à ampla defesa e que está na Constituição. O direito de pelo menos expor a versão dos fatos, caso haja, realmente,

algo que tenha e que venha a ser levado a uma decisão da plataforma.

É uma lei para garantir a liberdade dos motoristas e motociclistas por aplicativo, que não podem ter a sua vida financeira sujeita a qualquer denuncismo de algum militante. Muito importante.

Registrar, também, a presença do futuro colega Rodrigo Amaral, que está ali presente.

Muito obrigado, presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2024 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Eu que agradeço, vereador Alexandre Aleluia.

Há sobre a Mesa a licença do vereador Helio Ferreira. Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovada.

Inversão da pauta aprovada pelos líderes.

Vamos para a votação do Projeto de Lei nº 171/2024, de autoria do Executivo Municipal, que altera a meta de resultado primário constante no Anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024, atualizada pela Lei Orçamentária Anual deste exercício. Lei nº 9.776, de 28 dezembro de 2023, e pela Lei nº 9.813 de 10 de abril de 2024, na forma que indica. Com

parecer favorável da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização.

Há emendas sobre a Mesa? Não? Não há emendas.

No Plenário. Em única discussão, por acordo.

Para discutir, vereadores Sílvio Humberto, Marta Rodrigues e Augusto Vasconcelos.

Vereadora Marta, por dez minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT)** NA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2024 – **ORDEM DO DIA**.

Sr. presidente, Sras. e Srs. vereadores e vereadoras, a Galeria, dizer, que, hoje também, através da mídia, dos *sites* de notícias, eu fiquei surpresa, porque recebemos, assim que o presidente nos encaminhou o projeto aqui em pauta, denominado de 171/2024. E, hoje, o prefeito revelou aqui o motivo do pedido de mudança no orçamento. E fala aqui, também, sobre a chuva, coisa que não veio no texto e nos deixa assim muito preocupados, porque nós já estamos no final do ano, menos de um mês para encerrar, e ele encaminha à Casa este projeto que altera a meta do resultado primário, constante, também, nas metas físicas da Lei de Diretrizes Orçamentária de 2024, a LDO, atualizada

também com a Lei Orçamentária Anual, a LOA, deste exercício vigente.

Então, Sr. presidente, eu vou comentar aqui um pouco sobre o meu voto na Comissão de Finanças e Orçamento, do que é que propõe, porque, em síntese, a proposição altera essas metas do resultado primário, constante nos anexos e tem o objetivo de compatibilizar o atual cenário de crescente endividamento público, para respaldar a Secretaria da Fazenda e o município quanto às repercussões da Lei de Responsabilidade Fiscal.

No primeiro ponto, Sr. presidente, eu quero tratar aqui da peça estritamente técnica. É importante a gente ter nitidez sobre o que são essas metas de resultados primários e como a sua alteração nos moldes propostos revelam mudanças prejudiciais à saúde financeira do Município de Salvador.

O resultado primário é definido pela diferença entre receitas e despesas do governo, excluindo as contas de receita e de despesa com operações de crédito destinados a pagamento da dívida. Caso essa diferença seja positiva, tem sim um superávit primário; caso seja negativa, tem um déficit primário. No caso de Salvador, com base na LDO atual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, a previsão inicial para 2024 era de déficit de R$ 890 milhões. Com reestimativa dada pela Lei Municipal 9.813/2024, o déficit foi elevado para R$ 1,777 bilhão. Imaginem, de R$ 890 milhões para R$ 1,777 bilhão. E o PLE 171, esse que

aqui nós estamos discutindo, a proposta é de nova elevação para R$ 2,109 bilhões.

Propõe também revisar, mais uma vez, a LDO para, no final do período, o aumento do déficit do endividamento de Salvador esteja considerado dentro desta meta. E isso também eu fiz, já analisei junto também com o Tribunal de Contas do Município o risco, a falta de transparência, que faz tudo isso e não diz como será esse valor aqui aplicado. Hoje o prefeito dá uma declaração dizendo que é para as chuvas.

Então, o PLE ignora as previsões contidas na Constituição Federal, nas leis 4.320/64, 8.429/92 e a Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê que as peças orçamentárias devem ser compatibilizadas de acordo com a sua hierarquia temporal. Ou seja, a LOA deve ser compatibilizada com a LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e ambas devem ser compatibilizadas com o PPA, o Plano Plurianual, que é a primeira peça, que depois se desdobra nas duas.

Neste sentido, não podemos admitir alteração das metas da LDO, como proposto, sem a prévia compatibilização pelo PPA, podendo inclusive ser prática enquadrada no Código Penal, Art. 359. De mais, admite também a alteração de tamanha importância e gravidade que acaba por normatizar o aumento do endividamento municipal, que já é maior desde 2016 e aumenta em 137% o valor original orçado. Tudo isso sem a prévia

participação popular, sem maiores estudos e sem encaminhamento de informações técnicas que justifique, sem transparência.

A essa altura, também é importante destacar que o Tribunal de Contas do Município vem alertando há muito tempo sobre a prática reiterada das últimas gestões municipais em superestimar a arrecadação e mal planejar as peças orçamentárias. O parecer do TCM, vou ler aqui, porque nós tiramos de lá, do parecer. A arrecadação da receita, conforme a tabela, ficou abaixo do valor estimado nos últimos quatro anos dos cinco examinados.

Em 2013, o ingresso da receita superou em 5,14% o montante previsto e, em 2014, 20,69% do valor esperado dos recursos e não ingressou nos cofres do município. No ano seguinte, em 2015, a arrecadação reduziu 13,96% do valor orçado. Portanto, frustração de receita e nós continuamos, em 2016 e 2017, atingindo respectivamente 11,97% e 11,46% da sua previsão.

A construção das peças orçamentárias exige estudos — não é algo aleatório —, audiências públicas, participação popular no momento da sua elaboração. Isso é de tamanha importância. Exige também tempo de maturação e diálogo interinstitucional e nada disso está sendo respeitado nesse PLE que nós estamos discutindo.

Por isso, a última estimativa de receita do projeto em análise está sendo apresentada no final do ano, menos de 30 dias do fim do exercício fiscal do PPA de 2021 a 2024 e sequer uma nota explicativa acompanhou.

A mensagem do Executivo tem como objetivo dar sustentação, dar o fôlego dos investimentos em obras e serviços que vêm sendo implementados em um cenário de imprevistos, como exemplo da imprevisibilidade dos desastres causados na última ocorrência de chuvas fortes em Salvador. O argumento não convence, sobretudo quando analisadas as leis orçamentárias dos últimos dois anos, a projeção para 2025, nas quais há demonstração inequívoca de que recursos orçamentários para a Defesa Civil vêm caindo ao longo desses anos, como também para Seinfra, que é lá onde estão as encostas, as geomantas, também caiu consideravelmente.

Essa pergunta eu tive a oportunidade de fazer ao secretário da Casa Civil no momento da audiência pública para discutir a peça orçamentária, tanto da Defesa Civil como também da Seinfra e das outras secretarias. Das 22, 10 tiveram o índice bem abaixo do esperado. Então, esse cenário que nós estamos vendo de imprevisibilidade, que a Prefeitura vem anualmente sendo alertada pelo Tribunal de Contas do Município sobre superestimação de receita, falta de zelo no planejamento urbano e

da escolha deliberada por não investir em eixos centrais para a nossa cidade.

O valor apontado no PLE é a diferença do resultado primário em um número igualmente emblemático: R$ 330 milhões, pois a LOA de 2024 representa exatamente o orçamento inteiro, vereador Sílvio Humberto — o senhor que preside uma comissão tão importante aqui, a de Cultura —, da Secretaria de Cultura do município. O orçamento é R$ 330 milhões e 589 mil, superior ao projetado para arrecadar em todo o ano de 2024.

Também é bom a gente trazer aqui para a gente não ter isso que foi superior de arrecadar o Imposto sobre Transmissão Intervivos, o ITIV. Comparativamente, a Prefeitura durante um ano também, não colocou um centavo para uma das pastas mais importantes do município, sobretudo considerado a vocação natural estimulada, ou como se tivéssemos esquecido de cobrar o ITIV durante todo o ano de 2024.

Tudo isso sem nenhuma explicação razoável, sem um estudo e sem audiências públicas. Então, a matéria financeira orçamentária, as alterações previstas no PLE são contrárias à gestão democrática e responsável dos recursos públicos na medida em que permitirá o aumento do endividamento público municipal, sem nenhuma responsabilização e sem a prévia compatibilização com o PPA aprovado. Já estou terminando, Sr. presidente, estou vendo que o tempo ali já está concluindo.

Portanto, Sr. presidente, diante desses aspectos que já relacionei aqui, os aspectos constitucionais, legais, regimentais necessários ao seu trâmite, além de representar uma sinalização de irresponsabilidade fiscal, há violação também à Lei de Responsabilidade Fiscal.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Para concluir, vereadora.

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT): Já concluindo, Sr. presidente. Por isso que o nosso voto é pela reprovação do PLE nº 171/2024, porque não tem transparência, não respeita os munícipes desta cidade e o valor não é nada pequeno, R$ 330 milhões.

Muito obrigada, presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2024 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Muito obrigado, vereadora Marta Rodrigues.

Vereador Augusto Vasconcelos, por dez minutos. Sílvio é o último.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR AUGUSTO VASCONCELOS (PCdoB)** NA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2024 – **ORDEM DO DIA.**

Sr. presidente, este Projeto de Lei nº 171/2024, que altera a meta de resultado primário, constante do anexo de metas fiscais da LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, é uma verdadeira demonstração da má gestão do atual Executivo Municipal, notadamente da Secretaria da Fazenda, que fez uma estipulação na primeira LDO, que nós votamos no ano passado, que neste ano o município de Salvador teria um déficit de cerca de R$ 890 milhões. Já era um déficit considerável. Em abril deste ano foi aprovada uma alteração da LDO, para fazer frente às contingências e a alegação de restos a pagar de gestões anteriores e esse déficit foi para R$ 1,7 bilhões.

E agora, no apagar das luzes do exercício fiscal, encaminha-se para Câmara Municipal, sem tempo de debate, sem um diálogo mais abrangente com a sociedade, pouquíssimo tempo para a discussão, um projeto que visa ampliar o déficit do exercício fiscal deste ano em R$ 2,1 bilhões.

Votamos aqui autorizando, em tese, a Prefeitura a anunciar no próximo ano que o exercício de 2024 atingiu este déficit extraordinário. Não é comum numa cidade que tem um orçamento previsto para o próximo ano de cerca de R$ 12 bilhões, ter mais de R$ 2,1 bilhões de déficit do ano anterior, fora os

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

compromissos a serem assumidos no próximo ano. E aí é uma piada, dizer que isso aí é argumento para a questão das chuvas, da tragédia das chuvas da semana passada.

Os números demonstram que os investimentos na defesa civil, obras de infraestrutura, geomanta e encostas vêm caindo ano a ano. Citei isso aqui ontem na Tribuna.

Então, o argumento que foi utilizado para o encaminhamento deste projeto é ridículo. E nós, enquanto Poder Legislativo, não podemos aceitar uma argumentação como essa. Por isso que a bancada de oposição vai se posicionar votando contrário a este projeto, porque na prática significa que nós estamos avalizando a má gestão.

Olha que não sou fiscalista, tenho um compromisso forte com a pauta do desenvolvimento, é importante fazer novos investimentos, que a gente possa alavancar a capacidade dos entes federativos, de gerar coisas que beneficiem a população, construção de hospitais, estradas, pavimentação, tudo isso.

Mas o que acontece aqui em Salvador não é isso pessoal, o que está sendo proposto aqui neste projeto que nós vamos votar, é a Prefeitura pedindo um cheque em branco para a Câmara Municipal para autorizar o anúncio de um déficit de mais de R$ 2 bilhões no próximo ano, porque a Prefeitura não teve a capacidade sequer de planejar que esse déficit aconteceria. Subestimou ou propositalmente, sabendo que haveria eleições,

escondeu o fato da população, para não fazer o debate sobre essa suposta gestão eficiente do atual Executivo, que agora cai por terra.

No fundo, minha gente, a discussão sobre esses elementos da Lei de Responsabilidade Fiscal chama a atenção para que nós possamos nos aprofundar no debate sobre a execução orçamentária o tempo inteiro. Na LDO do próximo ano, inclusive agora na LOA, tem a previsão de aumento da receita proveniente do IPTU em 12%, mas não houve um acréscimo de 12% de novos imóveis. De onde vai vir essa nova receita?

Então há uma tendência disso não se concretizar, exceto se houver o planejamento de um aumento estratosférico do IPTU, e a gente sabe que isso não vai acontecer porque a gente já aprovou aqui na Casa uma limitação baseada no IPCA, que nós consideramos inclusive ruim naquele período, tendo em vista os valores estratosféricos já aplicados em Salvador. E onde é que vai se concretizar essa receita no próximo ano? Aí mais uma vez no ano que vem se encaminha um novo projeto similar a esse para dizer: “não, veja bem, o déficit é maior”.

E aí a gente vai vivendo de encaminhamentos de projetos para tentar driblar as responsabilidades que acabam acarretando sobre os gestores relacionados à LRF, a Lei de Responsabilidade Fiscal, como forma de, em alguma medida, contar com o apoio da

Câmara para fazer esse jeitinho orçamentário. Nós não podemos aceitar isso.

Por isso nós conclamamos aqui os parlamentares e as parlamentares a votarem contrários a esse projeto, fazer uma ampliação dessa discussão e arrancar um compromisso de que a gestão se aprofunde para se antecipar a eventuais circunstâncias que porventura possam dificultar a execução orçamentária, porque todos os anos nós vamos conviver provavelmente com a elevação do nível de chuvas, com situações climáticas desfavoráveis, problemas de intempéries de toda ordem que podem acontecer. Tem que haver uma previsão, mas não é este o argumento como pano de fundo. O que está em jogo na verdade é uma tentativa de camuflar o que não foi dito na eleição, que a atual gestão fiscal da Prefeitura está gerando uma espiral infindável de endividamento do município, comprometendo inclusive as gestões futuras da cidade. É esse o debate real que nós precisamos travar.

Qual será a capacidade de Salvador nos próximos anos? Nós precisamos ser uma cidade que atraia novos investimentos, que gere empregos de qualidade, que tenha a perspectiva de não ser só a cidade do turismo e do entretenimento, que é muito importante, mas nós precisamos ser a cidade da indústria criativa como um todo, da indústria não poluente, da geração de valor agregado, na aposta de que nós possamos ter uma integração real

com a Região Metropolitana. Fazer um diálogo para que Salvador não se torne um ambiente hostil para novos negócios, como tem afugentado pessoas e empresas nos últimos anos.

Vale dizer que o município perdeu milhares de pessoas que passaram a morar em cidades vizinhas ou até em outras regiões do estado pela falta de dinamismo econômico de Salvador, que cai pelas tabelas, do ponto de vista do seu PIB. Inclusive, Fortaleza já nos ultrapassou e colocou uma boa dianteira em relação à cidade mais dinâmica da economia nordestina.

Era inimaginável isso. Salvador sempre foi a dianteira da economia do Nordeste entre as capitais nordestinas e hoje a gente já pode ser ultrapassado inclusive por outras capitais, como Recife, que está chegando. E estamos perdendo população, afugentando negócios. Um IPTU que cria um ambiente hostil para que as empresas se instalem. Problemas no ISS, na TFF, nas dificuldades burocráticas e administrativas e tantas outras questões.

E agora a Prefeitura vem, para tentar livrar a cara dos gestores, pedindo para a Câmara para ampliar a possibilidade do déficit a ser anunciado no próximo ano, que vai chegar a mais de R$ 2 bilhões.

As contas da Prefeitura preocupam, e a gente precisa tratar desses temas no cotidiano com o conjunto da população. Isso é dinheiro público e tem relação direta com o futuro da nossa

cidade, que precisa ser debatido todos os dias pelo conjunto da sociedade.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2024 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Obrigado, vereador Augusto.

Vereador Sílvio Humberto, por dez minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO (PSB)** NA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2024 – **ORDEM DO DIA.**

Muito obrigado, Sr. presidente. Mais uma vez, grande Leandro, bom revê-lo. Mais uma vez nós vamos ao debate sobre as finanças do nosso município. Em questão há a tão decantada, cantada, alardeada, gestão de excelência do município de Salvador. Essa gestão de excelência que os números já bem levantados aqui, apresentados pela vereadora Marta e corroborados pelo vereador Augusto, mostram o quanto essa

gestão não tem se constituído pela excelência, a não ser que tenha se mudado o conceito de excelência.

O que nós observamos aqui é uma sucessão de arremedos, uma sucessão de correções, uma sucessão de jeitinhos *à la* Salvador. Um jeitinho aqui e ali e isso vai mostrando que a forma como tem sido gerida a cidade não se sustenta porque o que a gente considera é o que nós observamos aqui em termos da dívida. Essa alegação para a mudança no resultado.

(*O vereador é interrompido por manifestação na Galeria.*)

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Sílvio, por favor. Sílvio, continue.

(*O vereador Sílvio Humberto espera a manifestação na Galeria se encerrar.*)

SR. VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO (PSB): Então...

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Continue, por favor. Sílvio, continue, por favor.

SR. VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO (PSB): Vou seguir.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Continue, Sílvio, por favor, se não...

SR. VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO (PSB): Está bom, Sr. presidente. É porque a pessoa está desabafando, aqui é a Casa do Povo, posso segurar meu tempo aqui um pouco só para ela...

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Não, continue. Aí ela vai desabafar, e você não vai falar.

SR. VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO (PSB): Não, eu falo. Eu só peço a sua paciência mais um minuto até para eu me recompor aqui porque eu tenho a mania às vezes de ser como professor. Quando os alunos ou o povo está falando, eu vou...

(*O vereador Sílvio Humberto espera a manifestação da Galeria terminar.*)

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Então vamos votar. Depois V.Exa. fala.

SR. VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO (PSB): Eu estou dentro do meu tempo, Sr. presidente. Vou retomá-lo aqui, por favor. Vou retomar meu tempo.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Vai?

SR. VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO (PSB): Vou retomar meu tempo aqui. Vou seguir aqui com meus três minutos.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Então pode fazer?

SR. VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO (PSB): Posso, vou retomar aqui, vou falar.

Então, seguindo aqui, minha gente, eu estava falando com relação à questão da dívida...

(*Manifestante na Galeria chama o vereador Sìlvio Humberto de "traidor".*)

Eu? Eu estou aqui aguardando a senhora falar. Eu estou aqui lhe ouvindo, eu não tenho nada a ver com isso aqui.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Pela Ordem, vereador.

SR. VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO (PSB): Pela Ordem, Sr. presidente. Eu subi aqui, eu estou tentando. Então...

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): ...Sílvio, você pode discutir depois de nós votarmos?

SR. VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO (PSB): Está bom. Vamos embora. Eu só vou concluir aqui a minha observação, Sr. presidente, com relação ao projeto, que o que eu tenho colocado aqui e refletido é que nós estamos em uma situação, que eu já afirmei aqui, que a questão da dívida desta Casa...

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Desta Casa?

SR. VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO (PSB): A dívida que nós votamos aqui. Então, voltando aqui, reflete muito essa falta.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Tomei um susto, viu, Sílvio?

SR. VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO (PSB): Uma gestão de excelência, que, quando os números chegam aqui, mostram que culpar as chuvas pela situação do que é apresentado aqui essa tarde, realmente não tem condição, não tem cabimento.

Então, o que nós vamos afirmar aqui, enquanto oposição, é votar contrário a esse projeto porque, minimamente, não se tem condições aqui de se afirmar, ninguém aqui tem segurança, vereador Augusto, para assim defender essa gestão de excelência, quando a todo momento vai se fazendo um arremedo.

E quem vai perdendo com isso é uma cidade que tem o PIB caindo consideravelmente. E Salvador, mais uma vez, mantém-se nesse círculo vicioso da pobreza.

Muito obrigado, Sr. presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2024 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Eu que agradeço, vereador.

No Plenário. Em única discussão por acordo. Encerrada a discussão. Em votação. Aqueles que aprovam o Projeto de Lei nº 171/2024 permaneçam como estão. Aprovado. Encaminhado à Redação Final. Aprovado na Redação Final, com os votos contrários dos vereadores Sílvio Humberto, Marta Rodrigues e Augusto Vasconcelos.

Projeto de Lei nº 21/2014 de autoria do Executivo Municipal, que altera o dispositivo da Lei nº 8.199/2012, na forma que indica. Com o parecer favorável das Comissões de

Constituição e Justiça e Redação Final, com emendas; e de Finanças, Orçamento e Fiscalização.

Não há emenda sobre a Mesa. Em Plenário. Em primeira e segunda discussões. Em votação. Aqueles que aprovam o Projeto de Lei nº 21/2014 permaneçam como estão. Aprovado. Encaminhado à Redação Final. Aprovado na Redação Final.

Moção nº 227/2024. Em única discussão. Em votação. Srs. vereadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovada.

Moção nº 229/2024. Em única discussão. Em votação. Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovada.

Moção nº 230/2024. Em única discussão. Em votação. Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovada.

Moção nº 232/2024. Em única discussão. Em votação. Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovada.

Requerimento nº 130/2024. Em única discussão. Em votação. Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento nº 131/2024. Em única discussão. Em votação. Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento nº 132/2024. Em única discussão. Em votação. Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento nº 133/2024. Em única discussão. Em votação. Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão.

Líder do governo e líder da oposição, quem falará pelo governo? E quem falará pela oposição?

Vereador Sílvio, quem falará pela oposição?

Estou voltando às Representações Partidárias. Ninguém irá falar?

Podemos? Republicanos? PT? PMB? DC? União?

PT? PT por cinco minutos, vereadora Marta Rodrigues.

SR. VEREADOR LEANDRO GUERRILHA (REPUBLICANOS): Pela Ordem, Sr. presidente. Comunicação Inadiável, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Vereadora Marta, por favor. A liderança de governo irá falar por cinco minutos. V. Exa. fala pela liderança de oposição.

SR. VEREADOR LEANDRO GUERRILHA (REPUBLICANOS): Comunicação, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Vereador Átila do Congo, por cinco minutos.

SR. VEREADOR LEANDRO GUERRILHA (REPUBLICANOS): Sr. presidente, Comunicação Inadiável.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Comunicação Inadiável, vereador Leandro Guerrilha.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR LEANDRO GUERRILHA (REPUBLICANOS)** NA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2024 – **COMUNICAÇÃO INADIÁVEL**.

Sr. presidente, a minha Comunicação é para agradecer a V. Exa. pela sensibilidade e a todos os pares desta Casa por terem feito uma correção de mais de dez anos. Esse Projeto nº 21/2014 estava aqui nesta Casa, do Gesa, da Fundação Gaudino Santana, e hoje nós conseguimos devolver a dignidade a uma fundação que precisava dessa correção para seguir com os seus projetos sociais. E o Sr. presidente mais uma vez demonstra o seu espírito democrático, mostra a sua palavra, quando o senhor garantiu, antes da eleição, que esse projeto seria votado aqui, em uma hora oportuna, e assim foi feito. Então, em nome da Fundação Galdino Santana, do Gesa, eu quero agradecer a esta Casa, na pessoa do presidente Carlos Muniz e também a todos os meus amigos, dona Maria, a todos meus amigos da fundação. Agora podem seguir com os projetos, que vão atender várias crianças e instituições da nossa cidade.

Muito obrigado, Sr. presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 62ª SESSÃO

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2024 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Eu que agradeço, vereador Leandro Guerrilha.

Vereador Átila do Congo, por cinco minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR ÁTILA DO CONGO (PMB)** NA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2024 – **REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA**.

Boa tarde, Sr. presidente, a todos presentes.

Ontem, subi a esta tribuna para falar aqui, vereador Tinoco, sobre o problema grave que vem assolando a população de São Tomé de Paripe. Ontem eu não dei o nome da empresa, mas, infelizmente, a gente é obrigado a dar o nome aqui da empresa, a Intermarítima, que é responsável supostamente por trafegar transportando, com veículos altamente pesados, vereador meu amigo e pastor Ricardo Almeida, transportando ali uma matéria-prima que, segundo eles, Augusto, é um fertilizante, exportando para todo lugar do mundo, porém com veículos bitrens superpesados e sem horário de transporte de carga e descarga, trazendo grandes transtornos à população de São Tomé de Paripe.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

Eu sou morador do bairro e, por morar um pouco afastado da empresa, não tinha conhecimento desse fato, mas estou recebendo em minha casa, na minha porta, todos os moradores, que me pediram que levantasse a voz, porque até intimidar os moradores estão indo, para porta da empresa para cobrar o acordo que foi feito, inclusive, com eles, assinado por ata, e que não está sendo cumprido. A empresa se comprometeu, no dia 14 de outubro de 2024, quando foi iniciada essa reunião, estabelecer horários, que seria das 7h às 20h, que já é um horário extenso comparado com o regramento que a cidade tem em outras áreas, como na Centenário, como em outras áreas que eu já falei aqui, na Av. Tancredo Neves, vereador Randerson Leal, aqui no Centro da cidade.

Infelizmente, São Tomé de Paripe, Base Naval, que é um local explorado por essas por grandes empresas, que trafegam com veículos altamente pesados, ficou de fora desse regramento. E aí eu não sei por qual motivo, mas infelizmente isso está trazendo sérios problemas à população, problemas de saúde, muita poeira. Como disse ontem, a gente não sabe qual é a matéria-prima desse fertilizante, quais danos à saúde da população isso pode causar. Então, eles fizeram um acordo com a comissão de moradores, estabeleceram horários, horários que inclusive já estão bem acima, mas nem isso eles estão

cumprindo, um acordo que eles fizeram com os próprios moradores.

Então, eu já acionei o superintendente Décio, o superintendente de transporte da Transalvador, Décio, e irei acionar o Ministério Público para que essa Empresa Intermarítima, já que ela não quer cumprir um acordo feito com os moradores, está aqui assinado em ata inclusive, o Ministério Público possa entrar solicitando à empresa que venha participar de um TAC, um Termo de Ajuste de Conduta, para que a população, que é de um bairro residencial, onde tem idosos, crianças, crianças com espectro autista, adultos com outras deficiências físicas, idosos, enfim, que estão sendo altamente prejudicados pela atividade da Empresa Intermarítima, com esses veículos pesados, sem respeitar horário.

Imagine você estar em sua casa, aquela poeira insuportável, barulhos de veículos e máquinas pesadíssimas o tempo todo passando na porta da sua casa, trepidando o solo, trepidando sua casa, fora o barulho ensurdecedor tirando a paz dos moradores, que são a maioria e que já estavam ali antes de a empresa chegar.

A antiga empresa que explorava aquele porto ali, a Gerdau, não tinha esse problema porque respeitava os horários. Até as 17h, a Gerdau rodava ali tranquilamente, não incomodava ninguém. Mas a Intermarítima, que fez um acordo que está aqui

na minha mão, está assinado com os moradores, infelizmente não cumpre, só pensa no retorno financeiro e vem prejudicando a saúde física e mental dos moradores do bairro de São Tomé de Paripe.

Então, mais um alerta ao superintendente Décio, da Transalvador. Infelizmente, São Tomé de Paripe, que é um bairro — repito — altamente explorado por veículos pesados, por essas empresas, foi deixado de fora do regramento sobre horário de carga e descarga em veículos pesados na cidade. Tem que ser refeito, tem que ser incluído. Irei aqui fazer indicação também na Câmara, mas espero que a Prefeitura seja mais rápida. Iremos acionar o Ministério Público.

Tenho denúncias aqui de que, quando os moradores vão para a porta da empresa fazer manifestação, eles estão sendo coagidos e ameaçados, sendo tratados como marginais por estarem ali cobrando o direito à paz, o direito à saúde, que é um direito constitucional, um direito deles.

Então, eu acho que esta Casa aqui tem um papel importantíssimo e eu, além de vereador, mas como morador, independente de mandato ou não, tenho obrigação moral de defender os interesses da população, que inclusive me deu uma grande votação, expressiva, no bairro de São Tomé de Paripe.

Então, podem contar comigo os moradores. Estamos em cima, vamos para cima. Irei acionar ainda hoje o Ministério

Público, acionar a empresa, propor um Termo de Ajuste de Conduta e aqui cobrar ao superintendente de Transporte, o meu amigo Décio, celeridade para incluir São Tomé de Paripe no horário de carga e descarga, como os demais bairros de Salvador, como Tancredo Neves e outros bairros.

Muito obrigado.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2024 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Obrigado, vereador Átila do Congo.

Vereadora Marta Rodrigues por cinco minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT)** NA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2024 – **REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA.**

Pela oposição, não é, presidente? Sr. presidente, é pela oposição? Muito obrigada.

Sr. presidente, eu quero aqui reiterar que ontem eu trouxe também aqui este debate em relação aos cemitérios. Um colega aqui também trouxe. Eu iniciei falando do Projeto de Lei

Municipal nº 9.604/2021, que estabelece o Plano Integrado de Concessões e Parcerias de Salvador, a chamada Lei PICS. Então, eu falei que nós da oposição votamos contra, fizemos uma audiência nesta Casa, foi no período da pandemia, uma audiência virtual que teve representação de outros estados, o que nos ajudou também nesta reflexão.

Ontem a minha fala foi na direção dos estudos que já apontam em relação à entrega para a iniciativa privada dos cemitérios. Então, para não ficar nenhuma dúvida em quem nos acompanha aí pela nossa TV, rádio, pelas redes sociais, é que nós votamos contra neste projeto que trata aqui, denominado de PICS, que é esta parceria. Por isso que eu não poderia deixar de ressaltar.

Também, Sr. presidente, eu quero trazer mais a preocupação nossa em relação à CCJ amanhã na Câmara Federal, que vota o projeto em relação às praias. A gente tem que ter muito debate, muita preocupação porque é de domínio do patrimônio da União e não pode ser tratado desta forma, senão daqui a pouco tudo vai estar privatizado e entregue. É esse debate que nós precisamos estar atentos amanhã, acompanhando este debate.

Aqui também nós estamos vendo na orla de Salvador, que vai ficar 30 anos com uma empresa cujo projeto nós desconhecemos. Nós não conhecemos que projeto é esse. Já

pedimos para poder saber do que se trata porque é um absurdo o que vem acontecendo na nossa cidade, é uma forma também que a Prefeitura está tocando a obra na orla a toque de caixa, às pressas e sem a gente conhecer. Os próprios moradores nos procuram e perguntam sobre o projeto, qual é o teor, como é que eles vão ter a oportunidade de conhecer para dar opinião.

Além de ter sido um projeto também sem nenhuma transparência, a Prefeitura não fez nenhuma audiência pública para ouvir os diversos permissionários que lá trabalham durante anos. Eles vão ficar como? Qual a relação que eles têm? Nós até agendamos aqui, há meses veio uma permissionária, uma mulher subiu aqui nesta Tribuna e trouxe também toda esta preocupação. Uma mulher negra que trouxe aqui o seu clamor, o seu pedido, porque queria conhecer.

Quando ela nos pauta e pauta também esta Casa, é o nosso papel. O nosso papel, para além de verear, de apresentar projeto de lei, nosso papel é fazer também a fiscalização do Executivo. Quando falo fiscalização é a gente debater a cidade, pedir os dados, porque para isso que fomos eleitos e eleitas. Dar conta, em um momento como este, de uma situação como esta, de aprofundar e as pessoas também serem ouvidas e darem opinião. Isso é bom para qualquer gestor ou qualquer gestora, na escuta, acatar as contribuições e a partir daí incorporar. E não é isso que a gente tem visto na nossa cidade.

Então, esta mesma pessoa que esteve aqui na Tribuna Popular já me procurou também perguntando "vereadora, cadê o projeto?" Nós não conhecemos, desconhecemos esse projeto de uma única empresa, que vai ficar por 30 anos, terá a concessão do trecho de 3,5Km de extensão, 34 quiosques e 70 tendas. Este é o modelo de projeto que nós denominamos de gentrificador, que entrega de mãos beijadas a cidade também para iniciativa privada, sem que a gente saiba, sem que a gente conheça quais as contrapartidas.

O prefeito teria que informar a esta Casa, antes de qualquer trator, qualquer máquina, qualquer extensão no mínimo ocorrer. E ouvir também especialistas, chamar ambientalistas, moradores e o povo em geral, porque quando nós estamos falando aqui das nossas praias, nós estamos falando de direito à cidade, e todo mundo tem este direito. Então, não pode ser algo que não venha com respaldo, com debate, com justificativa.

Então, os ambientalistas renomados da nossa cidade vêm criticando o projeto por não respeitar o meio ambiente. Nós estamos vendo, o Brasil vai sediar a COP30 e nós vimos a situação que vivenciamos recente. Quem tem todas condições, não queriam financiar os países emergentes para a gente sair desta situação do clima, que é grave. Por isso que nós estamos vendo o que aconteceu em Salvador, não só no bairro de Saramandaia — digo Saramandaia porque ali tiveram vidas

ceifadas —, mas em outros bairros os alagamentos. Isso também é quando a gente não respeita, quando a gente não dialoga com quem conhece, as coisas acabam virando uma situação como esta, que todos nós acompanhamos.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Para concluir, vereadora.

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT): Já concluindo, Sr. presidente.

Então, nós não podemos de maneira nenhuma, temos que respeitar o meio ambiente, as restingas, o concretamento de áreas verdes e de solo e a destruição também da nossa vegetação nativa.

Por isso que faço aqui o apelo, Sr. presidente, que o prefeito encaminhe para a gente conhecer. Dá tempo ainda desta Casa realizar uma audiência ou da iniciativa da Casa ou pela Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, para que os estudiosos, os ambientalistas, os permissionários, o povo que queira dar opinião venha até aqui e participe.

Muito obrigada, presidente.

SR. VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO): Pela Ordem, Sr. presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 62ª SESSÃO

ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2024 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Eu que agradeço vereadora. Pela Ordem, vereador Tinoco.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO)** NA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2024 – **QUESTÃO DE ORDEM.**

Presidente, eu só gostaria de esclarecer à vereadora, Exma. vereadora Marta Rodrigues. No seu pronunciamento ela traz um assunto importante para discussão da sociedade. Por outro lado, não é verdade que não houve transparência no processo.

A licitação é fruto de uma Manifestação de Interesse Privado, chamada MIP, através de uma parceria público-privada. Isso foi feito pela iniciativa privada junto à SalvadorPar, que teve a iniciativa através da Semop de colocar essa manifestação sob domínio público, através de uma consulta pública durante 30 dias. Colheu, inclusive, sugestões e, consequentemente, uma vez aprovada a Manifestação de Interesse Privado, cabe ao município colocar a licitação de forma transparente à disposição da sociedade e, sobretudo, dos possíveis licitantes.

Então está aí toda a transparência dada. Não existe privatização de praias, pelo menos aqui em Salvador. E eu recomendo — eu sugiro, melhor dizendo — à vereadora Marta Rodrigues e a todos os vereadores que consultem prefeituras que são administradas por partidos da base do PT, como a Prefeitura do Rio de Janeiro, administrada por Eduardo Paes, que é do PSD, a Prefeitura do prefeito de Recife, que é do PSB, a Prefeitura de Fortaleza, que é administrada pelo PT, se existe privatização de praias nessas cidades litorâneas do Brasil. E eu tenho certeza de que em Salvador não será um caso nem igual ao que acontece com Fortaleza.

Então, tranquilizo a sociedade, a todos, sobretudo a vereadora Marta Rodrigues, que não se trata de privatização de praias. Jamais isso vai acontecer aqui em Salvador.

Obrigado.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2024 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Questão de ordem, vereador Isnard Araújo.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR ISNARD ARAÚJO (PL)** NA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2024 – **PELA ORDEM.**

Sr. presidente, pedir a V.Exa., para que haja legitimidade na sessão, a verificação do quórum.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2024 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Verificação de quórum pelo 1º secretário, vereador Randerson Leal.

SR. VEREADOR RANDERSON VIEIRA LEAL (PODEMOS): Sr. presidente, 11 vereadores na Casa.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB):

Suspendo a sessão por cinco minutos, por falta de quórum.

SESSÃO SUSPENSA.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2024 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Não se restabelecendo o quórum, declaro encerrada a sessão, convocando a próxima para dia e horário regimental.

Obrigado a todos.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br